



COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: VOZ A QUEM NÃO TEM VOZ

Márcia Detoni¹

RESUMO: A comunicação participativa tem se mostrado, ao longo dos anos, uma importante aliada na implantação de projetos sociais. Órgãos governamentais e agências de fomento tendem, no entanto, a ignorar ou subestimar as ações comunicativas que envolvem as comunidades carentes no debate de questões públicas e na busca de soluções para seus próprios problemas. Este ensaio propõe uma reflexão sobre o papel da comunicação e da radiodifusão comunitária no desenvolvimento sustentável, mostrando que o modelo difusionista adotado para informar os mais pobres tem pouco impacto na transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação para o desenvolvimento; Rádio Comunitária; Mídia Alternativa.*

¹ Jornalista e professora de Jornalismo da Universidade Mackenzie de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. E-mail: márcia.detoni@gmail.com

Introdução

No início de 2004, técnicos do Ministério da Integração Nacional foram surpreendidos ao visitar a mesorregião do Alto Solimões (AM), na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. A população da floresta e das pequenas cidades ao longo do rio apresentava um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, e os funcionários chegaram prontos para discutir projetos de estímulo à atividade econômica. Nas pastas, traziam projetos como a instalação de usinas de beneficiamento de pescado e de castanha, a criação de um polo de produção de artesanato e planos de manejo sustentável da madeira. A primeira reivindicação das lideranças dos nove municípios foi, no entanto, uma emissora de rádio.

O Alto Solimões queria, antes de qualquer coisa, uma emissora de alta potência para resolver seus problemas urgentes de comunicação e que estavam impedindo o crescimento econômico e social das comunidades. Espalhada por uma área maior que o estado do Paraná e com uma infraestrutura precária de telecomunicações, a população ribeirinha não tinha como obter informações sobre o que acontecia nos próprios municípios. Era preciso viajar horas de barco – e, em alguns casos, até um ou dois dias - para avisar os pescadores das reuniões do sindicato ou das decisões dos órgãos ambientais. Houve até quem perdesse vestibular e concursos públicos por não conseguir ser avisado a tempo de mudanças nas datas das provas. Isso sem falar na dificuldade de obter e repassar informações simples, mas não menos importantes, como falecimentos de parentes e recados de familiares em trânsito ou distantes.

Nas sedes dos municípios, em Fonte Boa, Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Tonantins, Jutai, Amaturá, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença, não faltam antenas parabólicas com a programação da Rede Globo e de retransmissoras de Manaus. A TV é uma grande fonte de entretenimento e contato com o mundo exterior. Até os barracos mais pobres contam com uma antena no quintal. Mas os 200 mil moradores da mesorregião estavam mais informados sobre o que se passava no sul do país do que na localidade ao lado. E não era só a falta de informação sobre questões e projetos locais que angustiava a população, mas a falta de um veículo de comunicação para falarem e serem ouvidos, um canal para expressarem seus pontos de vista e discutirem os assuntos relevantes à comunidade.

Pela primeira vez desde que foi criado em 1999, o Ministério da Integração colocou a instalação de uma emissora de rádio na sua lista de ações para o desenvolvimento regional. A Rádio Nacional do Alto Solimões - inaugurada em dezembro de 2006 com transmissões em AM - chegou à região junto com fábricas e frigoríficos. Mas foi preciso, primeiro, que a comunidade mostrasse aos técnicos a importância da comunicação para o desenvolvimento.

A comunicação, obviamente, está na base de qualquer crescimento econômico e social. É por meio da informação, do debate, da pluralidade de ideias e do estímulo à reflexão que o cidadão da floresta, do campo ou da cidade consegue interpretar o mundo em que vive e tomar decisões conscientes para melhorar sua vida e a vida de sua comunidade. É por meio do acesso à informação que pais decidem tirar os filhos do trabalho infantil e mantê-los na escola, que adultos e adolescentes se conscientizam da importância do sexo com proteção e que o homem do campo ou da floresta percebe a importância da preservação. A comunicação ajuda a comunidade a perceber seus direitos e deveres e a passar a exercitá-los; permite que famílias carentes sejam informadas e instruídas sobre serviços de saúde, acesso à educação e programas sociais, que pequenos agricultores saibam o preço de mercado dos produtos que plantam e que a sociedade discuta formas de eliminar a violência contra as mulheres ou a exploração sexual infantil.

Entretanto, não só no Brasil, mas no mundo todo, órgãos governamentais e agências de fomento mantêm uma ideia equivocada do papel da informação e da comunicação nos projetos desenvolvimentistas ou tendem a subestima-las. A mídia tem sido usada principalmente para estimular a adesão às iniciativas. O pesquisador belga na área de Comunicação para o Desenvolvimento Jan Servaes (2007), o padrão é o mesmo em qualquer lugar: informações sobre o projeto e suas vantagens e recomendações para que sejam apoiados. É o caso de campanhas sobre saúde, nutrição, vacinação e uso de métodos contraceptivos.

Pesquisas feitas por agências da ONU e por Universidades de prestígio têm demonstrado, desde os anos 1970, que esse modelo difusionista, no qual uma fonte de conhecimento (o emissor) envia mensagens a outra pessoa (o receptor), pode informar, mas tem pouco efeito na mudança de comportamento. Pesquisas semelhantes, segundo

Servaes e outros especialistas, têm levado à conclusão que se aprende muito mais por meio de contatos interpessoais e de técnicas de comunicação que utilizem esses contatos. Meios de comunicação que envolvem a comunidade no planejamento e na produção dos conteúdos e na discussão dos problemas promovem diálogo, compreensão, conhecimento partilhado, confiança e mudanças sustentáveis e significativas.

Agentes da Própria Mudança

Especialistas alertam que para haver desenvolvimento no sentido amplo – econômico, social, cultural, físico, mental e espiritual – é preciso que a comunidade seja o agente de sua própria mudança. E isso só se consegue envolvendo a população beneficiada em todos os passos das ações, desde a definição até a execução dos projetos. Quantas escolas e conjuntos habitacionais já foram instalados sem discussão em áreas de baixa renda só para, logo depois, estarem, pichados, sujos, depredados.

Mas para serem agentes de sua própria mudança as comunidades precisam ter voz e serem ouvidas, precisam se sentir parte importante da construção de uma comunidade melhor. E é aí que os meios de comunicação comunitários e participativos se tornam fundamentais ao desenvolvimento. Não basta apenas dizer às pessoas o que está acontecendo. Os estudos mostram que as pessoas escutam mais e estão mais dispostas a adotar novas ideias quando a questão é colocada na roda por seus pares e elas podem participar da discussão.

As comunidades carentes – as que mais precisam de informação e participação para construir uma vida melhor – não têm acesso a veículos de comunicação que possibilitem uma programação participativa na qual elas possam expressar suas reivindicações, discutir os problemas relevantes ao seu dia a dia, influenciar a agenda pública e reproduzir sua identidade cultural. O que temos são meios de comunicação que difundem prioritariamente a visão das elites, mesmo quando a programação se destina às camadas populares.

Quando o Banco Mundial perguntou a 40 mil pessoas de 50 países, no estudo “Vozes dos Pobres” de 1999, o que elas mais desejavam, uma das respostas mais

frequentes foi ter “voz”. Essa aspiração só ficou atrás do desejo por mais renda e por necessidades básicas atendidas. Para os entrevistados, o fato de eles não serem ouvidos em decisões que afetam a própria vida é uma das principais razões da pobreza.

O papel da comunicação no desenvolvimento sustentável não se limita, portanto, à oferta de mais informações aos pobres. É preciso investir em uma comunicação que viabilize a participação das comunidades carentes na discussão dos problemas que as afligem e na articulação de soluções. Neste sentido, a radiodifusão comunitária – entendida como aquela feita pela comunidade, para a comunidade e sobre a comunidade – tem sido vista por estudiosos e especialistas em desenvolvimento como uma importante ferramenta para o fortalecimento da cidadania e para a transformação social. Emissoras com uma programação interativa e conectada às questões locais permitem que as comunidades negligenciadas se afirmem enquanto grupo, expressem suas reivindicações e sejam ouvidas nas tomadas de decisão. Além disso, a radiodifusão comunitária é reconhecida por aumentar a diversidade de conteúdo e vozes no cenário midiático, onde a concentração dos meios de comunicação nas mãos da elite leva à homogeneização.

5

No Brasil, no entanto, como reconhece a própria Associação das Rádios Comunitárias Brasileiras (Abraço), a maioria das emissoras que se intitulam comunitárias não cumpre um papel social. Muitas, em desacordo com a lei, têm cunho religioso, político e até mesmo comercial. A inexistência, no rádio brasileiro, de um modelo participativo e cidadão e a ausência, na raiz da radiodifusão comunitária, de um movimento popular forte de transformação social fazem com que mesmo emissoras genuinamente comprometidas com suas comunidades reproduzam a lógica da programação das emissoras privadas: transmitem música comercial e curiosidades tiradas dos jornais e da internet, enquanto os ouvintes só entram no ar para pedir músicas ou enviar abraços e recados aos amigos.

A falta de uma programação de qualidade no conteúdo e na forma limita, de fato, a contribuição da radiodifusão comunitária para o desenvolvimento da localidade a que se destina. Alguns estudiosos e especialistas afirmam, no entanto, que mesmo as emissoras sem uma proposta inicial clara de comunicação participativa têm um efeito positivo na comunidade. O boliviano Alfonso Gumucio Dragon (1998), autor de vários

livros e textos sobre comunicação para o desenvolvimento, observa que mesmo a mais precária das emissoras de baixa potência que transmita apenas música para a sua comunidade inicia um processo de transformação. Ela contribui para criar um sentimento de unidade, de solidariedade e de pertencimento essencial ao processo de desenvolvimento:

A presença de uma emissora comunitária mesmo que não totalmente participativa tem um efeito imediato na população. Pequenas emissoras geralmente começam a transmitir música na maior parte do dia, tendo assim um impacto na identidade cultural e no orgulho da comunidade. O próximo passo, geralmente associado à programação musical, é transmitir anúncios e dedicatórias, que contribuem para o fortalecimento das relações sociais locais. Quando a estação cresce em experiência e qualidade, começa a produção local de programas sobre saúde ou educação. Isso contribui para a divulgação de informações sobre questões importantes que afetam a comunidade (GUMUCIO DRAGON, 1998: s/p).

Um bom exemplo desse processo, no Brasil, é a Rádio Favela FM, de Belo Horizonte, reconhecida por órgãos internacionais por sua atuação comunitária. A emissora surgiu nos anos 1980 com uma programação exclusivamente musical. Foi criada por um grupo de cinco amigos adolescentes dispostos a tocar “funk” no horário da Voz do Brasil, entre 19h e 20 horas. Hoje investe forte em conteúdo e já ganhou dois prêmios da ONU, em 1997 e 1998, por sua contribuição ao combate ao tráfico de drogas, à violência e ao racismo. Na emissora, ouve-se um pouco de tudo, desde histórias infantis até debates sobre direitos humanos e abuso sexual, ou críticas ao governo.

Ao contrário do que ocorreu em vários países da América Latina, da África e da Ásia, a proliferação de rádios comunitárias nos anos 1990 no Brasil - o país com o maior número de emissoras de baixa potência no mundo – não ocorreu dentro de um movimento popular de apropriação do rádio para o desenvolvimento social. O que moveu e move a maioria das milhares de pessoas envolvidas atualmente em radiodifusão comunitária é, acima de tudo, o grande desejo da sociedade contemporânea de acesso aos meios de comunicação. As pessoas querem estar na mídia, querem falar, querem ser ouvidas, querem passar o seu recado, querem sentir que existem. E a rádio comunitária tornou-se, na última década, o meio de comunicação mais acessível à participação popular, principalmente à participação da população de baixa renda

analfabeta ou semianalfabeta. É na rádio comunitária que a empregada doméstica apaixonada por rádio ou o cobrador de ônibus com pouca instrução podem chegar ao microfone, apresentar um programa, falar com os seus, ajudar a comunidade, se sentir participativo e valorizado.

O desafio, agora, é dar um passo além do fortalecimento da autoestima e das relações sociais e desenvolver uma programação que envolva a comunidade no processo de transformação social e melhoria da qualidade de vida. Autoridades, universidades e organizações não governamentais precisam prestar mais atenção ao potencial social transformador das emissoras comunitárias e apoiar-las mais, por meio de parcerias, pesquisas, treinamento e recursos técnicos e financeiros. Não basta enviar às emissoras populares e comunitárias spots de campanhas educativas e pequenos programas sobre saúde produzidos por agências de publicidade ou de comunicação. Limitar-se a essa prática é permanecer na escuridão de um modelo de comunicação difusionista ineficaz e superado.

Referências

BELTRÁN, Luis Ramiro. (2003). *Communication for development in Latin America: a forty-year appraisal*. Disponível em: <http://www.southbound.com.my/communication/cul-ch.htm>. Acesso em: 08.03.13

DETONI, Márcia. “Radiodifusão comunitária: baixa potência, altas mudanças? O potencial das emissoras comunitárias como instrumento de transformação social”. In: PEREIRA, Adriane et all (org.). *Recortes brasileiros de Ativismo Midiático*. Guarapuava: Unicentro, 2010.

GEERST, Andrés (org.). *La pratica inspira*. Quito, Aler, 2004.

GIRARD, Bruce. “Next-generation radio: communication technologies for democracy and development”. In: *Journal of International Communication*. Sidney, v. 7, nº 2, 2001.

GUMUCIO DRAGON, Alfonso. *Making waves – stories of participatory communication*. 1998. Disponível em: http://www.communicationforsocialchange.org/pdf/making_waves.pdf Acesso em: 08.03.2013

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil*. (Texto apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, set. 1998).

SERVAES, Jan. “Harnessing the UN System into a common approach on Communication for Development”. In: *The International Communication Gazette*, vol 69, nº 6/dez 2007

WORLD BANK. *Voice of the poors: reports*. 2000. Disponível em: 08.03.2013.

SERVAES, Jan. “Harnessing the UN System into a Common Approach on Communication for Development. The International Communication Gazette. Volume 69/nº6/ dez 2007.